

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Estado de S. Paulo

[Título: Investidor poderá ter no máximo 5% da Eletrobrás](#) 7

Valor Econômico

[Título: Credit Suisse capta fundo de R\\$ 1 bi com Delta Energia](#) 27

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Rio leva nova regra para royalties ao STF	2
Título: Gasolina sobe 10,2% em 5 dias.....	3
Título: Ambientalismo de oportunidade	5
Título: Nota.....	7
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	7
Título: Investidor poderá ter no máximo 5% da Eletrobrás	7
Título: Petrobrás e Odebrecht tentam acelerar venda da Braskem	9
Título: Financiamento de agências reguladoras	10
Título: Notas	12
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	12
Título: As flechadas de Temer atingem as terras indígenas.....	12

Título: Governo autoriza Força Nacional a apoiar obra de linha em Belo Monte	14
Título: Grupo afirma que cancelamento de contratos foi retaliação da Petrobras.....	15
Título: Petrobras sobe preço da gasolina pela 4ª vez seguida; alta total já é de 11%	17
VEÍCULO: Correio Braziliense	18
Título: Crescem os sinais de cartel	18
VEÍCULO: Valor Econômico	20
Título: Plano de desenvolvimento prevê mais 15 hidrelétricas.....	20
Título: Ibama pede mais R\$ 104 milhões e já negocia conversão de multas.....	21
Título: Curta	23
Título: Safra de reajustes nos preços anima siderurgia	24
Título: Aggreko conclui reestruturação e prevê crescimento no Brasil.....	26
Título: Credit Suisse capta fundo de R\$ 1 bi com Delta Energia	27
Título: Justiça Federal adia aumento de combustíveis	29

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Bruno Rosa

Título: Rio leva nova regra para royalties ao STF

Procuradoria Geral quer mudança no cálculo para receita com petróleo

A Procuradoria Geral do Estado do Rio (PGE) deu entrada no Superior Tribunal Federal (STF) pedindo mudança nas novas regras de cálculo dos royalties e participações especiais que incidem sobre a produção de petróleo e gás natural. Na petição, feita na semana passada, o argumento é que, como a nova fórmula de cobrança prevê a aplicação de forma escalonada ao longo de quatro anos, o Rio de Janeiro, maior produtor do país, vai deixar de receber R\$ 3,2 bilhões. A informação foi antecipada ontem pelo jornalista Ancelmo Gois em sua coluna no GLOBO. Segundo decreto publicado pelo governo federal em maio deste ano, o volume de royalties e participações especiais que vai incidir sobre cada campo produtor será calculado com base em uma cesta de até quatro tipos similares de petróleo produzidos no exterior. A partir daí, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) calcula o valor médio mensal.

Hoje, é usado ou o preço de venda ou o preço de referência (uma fórmula específica). O decreto prevê que essa nova fórmula entre gradualmente em vigor a partir de 2018. Assim, no ano que vem, 20% do preço vão usar a nova regra e 80% permanecem no modelo antigo. Só em 2021 se chegará a 100% da regra criada este ano. É esse calendário que é um dos alvos da petição feita pela PGE do Rio. Fernando Barbalho, subprocurador-geral do Estado, afirma que a mudança da fórmula de cobrança dos royalties já está em discussão há quase três anos.

— Queremos a suspensão desse decreto com a fórmula que foi criada. Também queremos que o governo mostre os estudos técnicos que levaram à criação de uma cesta de quatro tipos de petróleo. Mas, se o decreto não for suspenso, estamos pedindo para que não haja essa regra de transição. Não é preciso, pois o assunto já está sendo discutido há anos — disse Barbalho. Para ele, a nova fórmula não é ideal, mas atualiza parcialmente as perdas que estados produtores como o Rio vêm sofrendo com a atual regra: — A fórmula atual não usa como referência as novas técnicas de refino que permitem extrair óleos mais nobres de um petróleo mais pesado. Por isso, a regra atual, se mantida, mesmo que em parte, até 2021, fará com que o Rio deixe de arrecadar R\$ 3,2 bilhões. A fórmula precisa entrar em operação já em 2018.

‘METODOLOGIA ULTRAPASSADA’

O secretário de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico, Christino Áureo, disse que o Estado solicitou à ANP mudança nos percentuais estipulados no chamado período de transição, durante a audiência pública realizada pela agência sobre o tema. — A ANP reconhece que a metodologia anterior é ultrapassada. Então, por que continuar penalizando os estados, o governo federal e todos os entes que recebem royalties?

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Pollyanna Brêtas e Marina Brandão

Título: Gasolina sobe 10,2% em 5 dias

A partir de hoje, o combustível na refinaria está 3,3% mais caro.

A Petrobras anunciou, ontem, mais um aumento nos preços da gasolina nas refinarias: de 3,3%, válido a partir de hoje. Em cinco dias, só no mês de setembro, foram três aumentos, somando 10,2% para a gasolina. Já no caso do diesel, a alta acumulada chega a 5,3%. A Petrobras informou que a política de preços da estatal para diesel e gasolina leva em consideração, entre outros fatores, o alinhamento com as cotações internacionais dessas commodities. E

ressaltou que pode haver influência de eventos como a tempestade tropical Harvey, que levou à paralisação de refinarias no Texas. A presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis, Lubrificantes e Lojas de Conveniência do município do Rio, Maria Aparecida Schneider, considera positiva a nova política de preços da Petrobras.

Mas observa que a flutuação dos preços causa certa instabilidade no mercado, já que postos e distribuidoras estão trabalhando com estoques baixos devido à queda da demanda. Segundo o sindicato, as vendas de combustível no Rio despencaram de 25% a 30%, contra 6,5% na média nacional. Em dois anos, aponta a entidade, o número de postos registrados caiu de 903 para 700. — Para nós (o aumento) é péssimo. Hoje, o repasse é quase automático, por causa dos estoques muito baixos, que duram no máximo de dois a três dias. Parece até que voltamos ao tempo da inflação. Operacionalmente, é uma questão administrativa enlouquecedora, porque é preciso comprar mais caro e depois repassar ao consumidor — disse Maria Aparecida. Exatamente por causa da queda nas vendas, porém, os postos vêm tentando segurar os reajustes, enquanto os estoques permitirem.

A reportagem do GLOBO foi ontem a seis postos de gasolina, nas zonas Norte e Sul e no Centro. Apenas três elevaram os preços, enquanto um manteve e dois registraram redução, em comparação à primeira semana de agosto, logo após o anúncio do aumento do PIS/Cofins sobre combustíveis. Na Lagoa, o posto Piraquê manteve o litro da gasolina em R\$ 4,498. No posto Petrobras Distribuidora em frente à Uerj, na Radial Oeste, os consumidores passaram a economizar R\$ 0,10: o litro saía a R\$ 3,99. Já no posto Parque do Flamengo, no Aterro, a redução foi de R\$ 0,05, para R\$ 4,39. — Não tem como nós reajustarmos preços todos os dias. É preciso esperar pelo menos uma ou duas semanas para repassar o ajuste ao consumidor. E, enquanto isso, quem sofre somos nós — explicou Paulo Miranda Soares, presidente da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes.

Ele disse, ainda, que, como nem sempre as distribuidoras acompanham as reduções de preço feitas pela Petrobras, os varejistas arcam com os prejuízos, mas não com as benesses. O maior preço encontrado foi na Zona Sul, junto ao Parque dos Patins, na Lagoa: R\$ 4,559 o litro da gasolina. Foi onde, por falta de opção, o professor da PUC-Rio Marco Antônio Grivet abasteceu: — Costumo abastecer em Botafogo, em um posto que cobra R\$ 3,80. É absurdo esse preço daqui, mas estou precisando. E o novo reajuste não deve pesar apenas no bolso dos motoristas. O economista da Fundação Getúlio Vargas (FGV) André Braz lembra que a alta do diesel acaba afetando os valores do frete, o que se reflete nos preços dos alimentos: — A algum aumento o consumidor vai assistir ao longo do tempo. O que a gente espera é que os ajustes constantes da Petrobras

possam se reverter em pressão inflacionária menor, já que os preços não ficam represados para subir de uma vez.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Opinião

Autor: Carlos Andreazza

Título: Ambientalismo de oportunidade

Com capacidade de comunicação inferior à de Dilma Rousseff, o governo informou que vai — ou quer — extinguir uma reserva na Amazônia. Não que comunicar melhor tivesse efeito. Já ninguém mais ouvia. Neste país, é falar em exploração da Amazônia — é mencionar qualquer pretensão produtiva para a região — e pronto. Oh! Ah! Não! Não pode! Vão entregar aos chineses! Fora, Temer! Neste país perturbado, não há hipótese de uma reserva — de algo nomeado reserva — não ser ambiental.

Especialmente se na Amazônia. Falou-se em reserva, em manejar uma reserva — e: Oh! Ah! Não! Estão vendendo o Brasil! Este é o lugar mental em que estamos: o Parque Nacional Buraco da Indigência Intelectual. Nele, de dimensão continental, não existe obviedade. Lê-se algo fluorescente como Reserva Nacional de Cobre e Associados e só a raríssimos ocorre desconfiar de que talvez aquilo não seja uma reserva ambiental, de que talvez haja pormenores — variáveis — a respeito do território. Que tal ler o decreto? Não.

A ordem unida prevalece. O sujeito escuta que é uma reserva, que fica na Amazônia, que tem 47 mil quilômetros quadrados, extensão equivalente à da Dinamarca, que vão lhe passar o trator, e fica imediatamente surdo para todo o resto, inclusive para a informação com a qual um indignado honesto pouparia o couro do bumbo: a Renca não é — nunca foi — reserva ambiental. Mas o que é? Chegarei lá. Antes, porém, é necessário afastar a histeria.

Não sei se a Amazônia é mesmo o pulmão do mundo, mas a idealização sobre sua absoluta intocabilidade, para além de bafejar a falta de vocação brasileira para soluções equilibradas, venta os ares mais poluídos a que endinheirados, alguns dos quais notórios desmatadores em suas reservas particulares, à cata de expiar as culpas consumidoras, tenham as boas intenções manipuladas. Não faltam marinismos para tanto.

A fotografia é curiosa: o sujeito é incapaz de localizar o Pará no mapa, mas é ambientalista radical se o assunto é Amazônia. Até Gisele Bündchen — antiga manequim de casacos de pele, no pescoço de quem certamente vão pedras cuja procedência a proprietária ignora — bradou tuítes de indignação ambiental. Jogar para a galera é irresistível.

Mas: quem leu o decreto? Poucos assuntos serão mais ilustrativos do triunfo da idiotia entre nós do que o pretenso debate acerca da subitamente descoberta — e de súbito apaixonante — Renca. Pretenso porque debate não é. Não haverá debate onde uma parte comunica mal e a outra ergue bandeiras sem que seus agitadores conheçam a realidade contra a qual as deflagram. Isso tem outro nome: oportunismo — condição fundamental à imposição de agendas que nem raramente são as do brasileiro, inclusive o brasileiro amazônico.

Debate pressupõe honestidade intelectual; impõe algum nível comum de ciência. Contudo, a natureza própria à ignorância — o aterramento de nuances, a planície do desconhecimento, a transformação da pluralidade amazônica em uma Amazônia só — deriva numa desconcertante, diria imbatível, convicção do ignorante: quanto menos sabe sobre alguma coisa, mais tem certeza a respeito do que seja.

Isso também tem outro nome: burrice — condição fundamental a que alguém, tanto melhor se célebre, torne-se massa de manobra para a cobiça de grupos de pressão. Grita-se que a reserva virtualmente extinta se sobrepõe a áreas de proteção integral e a terras indígenas, mas a ninguém interessa ouvir que o status dessas não é — não poderia ser, por força de lei — tocado pelo fim da Renca.

Berra-se que se trata de um Espírito Santo arreganhado à mineração, mas a ninguém interessa escutar que apenas 21% dessa porção poderão ser minerados, e que isso principalmente na forma de exploração subterrânea, menos danosa, ademais em zona já estabelecida como de uso sustentável. Não interessa. Tampouco interessa saber que aquilo não é um paraíso e que ali — sem o controle decorrente da extração profissional — multiplicam-se pistas de pouso clandestinas e núcleos, mais de mil hoje, de garimpo ilegal; esses, sim, devastadores.

E há anos em atividade. Que artista deu pio? Não lhes interessa o que a Renca realmente seja: uma reserva mineral, criada, em 1984, para assegurar que, quando quisesse, apenas o Estado brasileiro a pudesse explorar. Passados 33 anos, segundo o governo de turno, essa hora chegou — e, felizmente, com a clareza de que a exploração deve caber à iniciativa privada.

Há um ponto aqui. Na fundação dos protestos, estão, mais urgente que a verdade, o compromisso político em rejeitar tudo quanto venha de Temer e, entranhadamente, o desprezo pela ideia de empresa privada. Entre os que protestam, pouquíssimos serão os genuinamente preocupados com o futuro — real — da região, ou estariam empenhados em conhecer opções sustentáveis de exploração. Porque a exploração é inevitável.

Num país sério, aliás, teria lugar agora um debate sobre modelo regulatório e categorias de aproveitamento seguro do solo. Não será desta vez. Mas ainda virá o dia em que o Brasil emergirá da puberdade para escolher entre ser o que querem que seja — um jardim botânico — ou uma nação capaz de cuidar de si e se mover, talvez até crescer, ao mesmo tempo. Carlos Andreazza é editor de livros

VEÍCULO: O Globo

Seção: Rio / colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Nota

Temor de apagão

A liminar que obrigou a Petrobras a fornecer gás a uma termelétrica do grupo J&F — revogada dias depois pelo próprio juiz Luiz Eduardo Castro Neves — teve, como base, o perigo pontado pela empresa de um eventual apagão de energia em Mato Grosso. Já na revogação, o juiz considerou que não havia razões para a urgência apontada.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Célia Froufe

Título: Investidor poderá ter no máximo 5% da Eletrobrás

Ministro do Planejamento diz que limite de aquisição de ações pode ficar entre 2% e 5%.

Interessados na Eletrobrás poderão comprar, no máximo, uma fatia de 5% da companhia no processo de privatização elaborado pela União. Os parâmetros da operação serão definidos depois do feriado de 7 de setembro, quando os ministros responsáveis pelo modelo voltarão a se reunir em Brasília.

“Essa modelagem será uma das mais inteligentes de privatização de todas as que o Brasil já fez”, prometeu o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira. Ele conversou com a reportagem do Estadão/Broadcast em Pequim, onde é o último a participar de uma comitiva governamental liderada pelo presidente Michel Temer para atrair investimentos chineses para o País desde 31 de agosto.

No total, sete ministros estiveram na capital do país asiático, além de 11 parlamentares e pouco mais e uma dezena de técnicos. O **ministro de Minas e**

Energia Fernando Coelho Filho, que também discute o processo da elétrica e estava em Pequim, retornou no domingo ao Brasil. A previsão é de que Oliveira volte hoje. Em Brasília, eles se juntarão ao ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, que não esteve na China para poder acompanhar assuntos domésticos de interesse da pasta.

O teto da participação ainda não foi definido e será fechado pela cúpula do governo. As discussões, conforme Oliveira, estão entre um limite de 2% e 5%, dentro dos parâmetros de uma privatização pulverizada, como havia prometido Meirelles. Ontem, Coelho Filho falou pela primeira vez ao Estadão/ Broadcast sobre cotas para estrangeiros, quando questionado sobre a possibilidade de a estatal ser transferida para o capital internacional.

Parâmetro.

Hoje, o ministro do Planejamento explicou que o parâmetro valerá para todos os interessados, independentemente se domésticos ou de fora do País. “Haverá um limite máximo: cada investidor não poderá comprar mais do que um percentual. Quando a gente voltar, vamos retomar as discussões”. Oliveira afirmou que o modelo da venda da Eletrobrás será um marco para o País.

Técnicos do governo estão empenhados em sanar todas as questões que envolvem a estatal e o setor, como solucionar questões relativas ao passivo da companhia, reestruturar o setor elétrico – que estava praticamente quebrado, nas palavras do ministro – e manter a participação da União na empresa. “É uma bobagem dizer que o governo vai vender (a Eletrobrás) barato.

Nem vamos vender, pelo contrário. Vai manter a participação e o que vai acontecer? Vai valorizar o que o governo tem e, como não vamos vender agora a nossa parte, vamos ganhar. Aliás, já ganhamos só com o anúncio. E vamos ganhar muito mais porque, quando privatizar, evidentemente que vai valorizar muito mais a empresa”, argumentou.

Mesmo com essas regras restritivas de compra, o ministro prevê que o interesse pela empresa será “estrondoso”. “Não vai faltar interessado. Apesar de tudo, a Eletrobrás é uma empresa listada (em Bolsa de Valores), com tradição de mercado, que todo mundo conhece. Vai ser um sucesso”, apostou.

O formato final da operação está previsto para ser conhecido até o dia 20 deste mês e a Medida Provisória sobre a privatização deverá ser levada ao Congresso Nacional ainda em setembro, conforme previu ontem Coelho.

Investidor.

O modelo de pulverização do controle desejado pelo governo é uma operação típica de investidor institucional, como os fundos de investimentos e de pensão, do Brasil e do mundo. É uma prática que foi muito usada no exterior exatamente com empresas de energia elétrica, afirma o presidente da Thymos Energia, João Carlos Mello. Isso não significa, entretanto, que empresas do setor não entrarão na disputa.

Algumas companhias, no entanto, não têm perfil para comprar pequenas participações, como os chineses da State Grid, que preferem comprar o controle de uma companhia. O sócio da LVA Advogados Rodrigo Leite destaca que a principal preocupação de potenciais interessados é com o tamanho da fatia que permanecerá nas mãos da União e demais entes públicos e a consequente influência que terão na Eletrobrás após a oferta.

O secretário executivo do Ministério de Minas e Energia, Paulo Pedrosa, diz que os trabalhos em cima do novo modelo de privatização vão se intensificar na próxima semana. O percentual de limitação ainda será discutido. “O conceito será de uma ‘corporation’. Ninguém será dono da Eletrobrás”.

COLABOROU RENÉE PEREIRA

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes

Título: Petrobrás e Odebrecht tentam acelerar venda da Braskem

Petrobrás e Odebrecht formaram um grupo de trabalho para discutir mudanças no acordo de acionistas da Braskem, da qual são sócias. Até agora, foram definidos apenas os representantes de cada um dos lados que participarão das negociações e a contratação de escritórios de advocacia para auxiliar no processo. Nenhuma proposta foi apresentada de fato. O pedido de mudar o acordo de acionistas partiu da Petrobrás, que gostaria de concluir as alterações até o fim do ano, para acelerar também a venda da sua participação de 47% na empresa petroquímica.

Mas, segundo apurou o Estadão/Broadcast, executivos das duas sócias estão cientes da complexidade do processo e não sabem se vão conseguir cumprir o prazo. Sem mudar o acordo, a Petrobrás se nega a deixar o negócio e, ao mesmo tempo, a investir na Braskem. A estatal e a Odebrecht compartilham o controle da empresa, mas as condições são mais favoráveis para o grupo baiano, que tem, por exemplo, o direito de indicar mais representantes para o conselho da petroquímica e também de definir os principais executivos da empresa.

A avaliação da estatal é que assim a sua fatia perde valor e pode ser menos atraente para um comprador. A venda de fatia na Braskem faz parte do plano da Petrobrás de se desfazer de US\$ 21 bilhões em ativos ao longo deste e do próximo ano. Num primeiro momento, a estatal achou que teria dificuldade em acelerar as discussões com a Odebrecht, que, alvo de denúncias de participação em esquemas de corrupção no Brasil e países vizinhos, teria outras prioridades.

Mas, logo nas primeiras conversas, se surpreendeu com a disposição do grupo de avançar na revisão do acordo de acionistas. Hoje, a avaliação é que as reuniões têm sido positivas. A Petrobrás aposta, entre outros pontos, que a Odebrecht também tem pressa porque quer contar com um sócio com capacidade de investir, o que não é o caso da estatal.

Além disso, é possível que o grupo baiano aproveite para, assim como a petroleira, vender uma fatia da Braskem para fazer caixa durante esse atual momento de crise financeira. Nada disso, porém, é certo. As discussões ainda são preliminares. Procuradas, Braskem, Petrobrás e Odebrecht não comentaram.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Opinião

Autor: Marcelo Trindade e Bernard Appy

Título: Financiamento de agências reguladoras

Um dos problemas recorrentes enfrentados pelas agências reguladoras e pelas autarquias destinadas à regulação e supervisão do mercado financeiro, como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Banco Central (BC), é a falta de recursos suficientes para cumprir adequadamente suas funções. Embora as leis que disciplinam as agências reguladoras normalmente lhes confirmem autonomia orçamentária e financeira, na prática os recursos por elas arrecadados acabam integrando o Orçamento da União, sendo contingenciados como qualquer outra fonte de recursos orçamentários. Mesmo reconhecendo a grave crise fiscal por que passa o País, entendemos que esse modelo de financiamento das agências acaba sendo contraproducente, pois as torna dependentes de decisões discricionárias do Poder Executivo, limitando sua autonomia. Não defendemos, no entanto, a mera liberação dos recursos atualmente destinados às agências, mas sim um sistema equilibrado de financiamento.

Praticamente todas as atividades das agências reguladoras e das entidades supervisoras do mercado financeiro poderiam ser financiadas por meio de taxas de fiscalização, cobradas dos particulares que exercem atividades reguladas. Taxas são tributos vinculados, cuja arrecadação só pode ser utilizada para o financiamento de serviços públicos específicos, como as atividades de

regulação, supervisão e fiscalização das agências. Se as taxas devem ser suficientes para o financiamento da atividade das agências, não devem ser superiores a esse valor, como ocorre hoje em várias situações, a exemplo da taxa de fiscalização destinada ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel), cuja arrecadação é muito superior ao orçamento da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Tampouco é adequada a vinculação de receitas desvinculadas da atividade de fiscalização, como ocorria até poucos anos atrás, quando era destinada à Agência Nacional do Petróleo (ANP) uma porcentagem dos royalties do petróleo muito superior às necessidades da agência.

A vinculação de receitas superiores ao necessário para o funcionamento das agências justifica o seu contingenciamento, tornando o financiamento das agências um processo discricionário, como ocorre hoje. Tampouco é adequado que as multas impostas no exercício da fiscalização constituam receita das agências, uma vez que esse desenho cria um incentivo distorcido a que as agências ampliem as multas como forma de superar restrições orçamentárias. Infelizmente este é um desenho utilizado na legislação que trata da maioria das agências, e que está sendo reproduzido na Medida Provisória 784/2017, que cria dois fundos voltados ao “desenvolvimento do mercado”, um vinculado ao BC e outro à CVM, cujos recursos virão de acordos celebrados por essas entidades com agentes acusados de violar a lei.

Uma boa solução neste caso, utilizada em outros países, é a destinação dos recursos dos fundos financiados por multas ou receitas de acordos de leniência à indenização de vítimas de eventos danosos nos mercados supervisionados. Por fim, se a autonomia financeira das agências é importante, isso não significa que não deva haver restrições a suas despesas. Uma forma de estabelecer tais restrições seria por meio de contratos de gestão – previstos em algumas das leis que regulam a atividade das agências e, sob o modelo de um Plano Estratégico, também no Projeto de Lei das Agências Reguladoras (PL 6.621/16). Para evitar a desproporcionalidade das taxas de fiscalização em relação aos serviços, ou o risco de crescimento artificial das suas estruturas, as necessidades financeiras das agências seriam estabelecidas no contrato de gestão, e, portanto, sujeitas ao escrutínio público e a auditorias independentes. Eventual excesso de arrecadação deveria ser utilizado para reduzir, em periodicidade a ser definida, os valores das taxas devidas pelos agentes fiscalizados.

SÓCIO DA TRINDADE – SOCIEDADE DE ADVOGADOS, FOI PRESIDENTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS; DIRETOR DO CENTRO DE CIDADANIA FISCAL, FOI SECRETÁRIO EXECUTIVO E DE POLÍTICA ECONÔMICA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção:** Economia / colunas**Autor:** Aline Bronzati / Cynthia Decloedt / Fernanda Guimarães**Título:** Notas**» Aperto de mãos.**

Depois de concluírem uma etapa importante da reestruturação da governança da Vale, os presidentes do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco Cappi, do Banco do Brasil, Paulo Rogério Caffarelli, o do BNDES, Paulo Rabello de Castro, viajam nesta semana ao Japão para “selar” o fim da holding Valepar, que detinha o controle da mineradora, com o presidente da Mitsui, Tatsuo Yasunaga.

» De novo.

A siderúrgica CSN engatilhou seu terceiro aumento de preços do aço em 2017. Dessa vez será anunciado um reajuste de 10,25%, a partir de 1.º de outubro, para a rede de distribuição e indústria. A área comercial da empresa, chefiada por Luiz Fernando Martinez, justifica o novo aumento com a alta das matérias-primas, como o minério de ferro, e também diante do preço firme do aço na China.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção:** Colunistas**Autor:** Nabil Bonduki**Título:** As flechadas de Temer atingem as terras indígenas

Manter Temer na Presidência custa caro à nação. Para sobreviver às flechadas de Janot, o governo atende a lobbies fortes no Congresso, como ruralistas, mineradoras e grileiros. Interesses que ameaçam o ambiente e os povos indígenas.

Em agosto, além de extinguir a reserva da Renca (Amazônia) para entregá-la à mineração, Temer anulou a declaração da terra indígena (TI) Jaraguá (município de São Paulo). Não são casos isolados.

O governo tem aceitado o Marco Temporal, que desconsidera os direitos dos índios a terras que ocuparam (e de onde foram expulsos) antes da Constituição de 1988. Se a tese, inconstitucional, prevalecer, a maioria das áreas indígenas estará ameaçada.

O artigo 31 da Carta Magna garante os direitos originários dos índios às terras que tradicionalmente ocuparam e utilizaram para suas atividades, necessárias à preservação dos recursos ambientais e ao seu bem-estar e reprodução física e cultural segundo seus usos, costumes e tradições.

A demarcação de terras indígenas, competência da União, se inicia com estudos de natureza etno-histórica, jurídica, cartográfica e ambiental, orientados pela Funai e conduzidos por antropólogos. Com base nesses estudos, é reconhecida a delimitação e, após a declaração, as benfeitorias feitas por não indígenas são indenizadas e as terras são homologadas.

Entre 2010 e 2013, a TI Jaraguá foi estudada e delimitada. A Funai reconheceu um território de 532 hectares, que foi declarado em 2015 pela União. Mas as indenizações e a homologação não foram realizadas e o governo quer voltar atrás.

Na área vivem 700 guaranis, em quatro pequenas aldeias. Apenas a aldeia Ytu, com 1,7 hectare (a menor terra indígena do país), foi homologada, em 1987. Pyau, embora situada em território declarado, sofre ação de despejo.

As aldeias estão enclausuradas, e os índios vivem apinhados. A falta de espaço é estranha ao seu modo de vida, embora eles mantenham tradições, língua, religiosidade e educação infantil segundo seus costumes.

Situada entre as rodovias Anhanguera e Bandeirantes, o território guarani é cobiçado por uma gama variada de interesses imobiliários. O Plano Diretor de São Paulo de 2014 antecipou-se à União e o incluiu como integrante da zona rural e do sistema de áreas protegidas.

A norma é parte da estratégia para conter o crescimento horizontal da cidade, proteger o ambiente e incentivar usos sustentáveis, como agroecologia e ecoturismo.

O governo estadual questiona a delimitação, pois ela engloba parte do Parque Estadual do Jaraguá. Com diálogo, planejamento e gestão integrada, a questão pode ser equacionada, pois a sustentabilidade é a essência do modo de vida guarani, intrinsecamente ligado à Mata Atlântica.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor:****Título: Governo autoriza Força Nacional a apoiar obra de linha em Belo Monte**

Diante de protestos de comunidades que afetam as obras de uma enorme linha de transmissão no Pará, o governo federal aprovou o uso da Força Nacional de Segurança Pública no Estado para apoiar os trabalhos, visando evitar atrasos que poderiam impactar a geração da hidrelétrica de Belo Monte.

A conclusão da obra dentro dos prazos planejados, até o verão, seria importante para garantir que Belo Monte possa aproveitar bem o próximo período de chuvas, uma vez que a usina já enfrenta restrições para geração em novas máquinas, devido à falta de capacidade da rede elétrica para receber a energia. Com mais de 2 mil quilômetros de extensão e orçado em R\$ 4,5 bilhões, o chamado "linhão" vai ligar o Norte ao Sudeste.

Em portaria no Diário Oficial da União desta segunda-feira (4), o Ministério da Justiça definiu que a Força Nacional poderá atuar por 90 dias para "proporcionar condições à implantação da referida linha de transmissão, garantindo a incolumidade das pessoas, do patrimônio e a manutenção da ordem pública".

A autorização para a operação, que poderá ter prazo prorrogado se necessário, veio após um pedido da chinesa State Grid e da estatal federal Eletrobras, que são sócias na Belo Monte Transmissora de Energia (BMTE), responsável pelo empreendimento.

A agência Reuters publicou em julho que a BMTE havia pedido uma intervenção da Força Nacional após enfrentar diversas manifestações de moradores locais que têm atrapalhado as obras da reta final do empreendimento, que por contrato precisa estar pronto em fevereiro de 2018.

As empresas têm trabalhado para antecipar a conclusão da linha de transmissão para o final deste ano, mas a atuação das forças de segurança será fundamental para viabilizar esse prazo, disse o diretor de Meio Ambiente da BMTE, Newton Zerbini.

"Toda nossa ação é no sentido de manter esse cronograma, de energizar no final do ano. Mas a cada dia que passa a situação fica realmente mais delicada", disse ele.

Os protestos são pedidos de compensações sociais e ambientais de populações locais, mas as demandas em geral não estão diretamente associadas às obras, disse o executivo da BMTE. Durante as manifestações, moradores chegam a bloquear pontos de acesso à região das obras.

Não foi possível obter contato imediato com representantes dos manifestantes.

SEM DESPERDÍCIO

A restrição na operação de Belo Monte por falta de transmissão acontece após a espanhola Abengoa abandonar todas suas obras de linhas de eletricidade em andamento no Brasil ainda no final de 2015, em meio a uma crise financeira. Os projetos paralisados incluíram uma estrutura que ia aumentar a capacidade do sistema para receber a energia de Belo Monte e que não tem mais data estimada para ser concluída.

O projeto da Abengoa deveria ficar pronto antes que o da BMTE.

O diretor-geral do **ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico)**, Luiz Eduardo Barata, disse que atualmente não há efetivo desperdício de geração porque o regime de chuvas no Norte não está favorável à produção em Belo Monte, o que deve acontecer a partir de dezembro.

"Se, de fato, a BMTE antecipar o linhão para dezembro, aí aproveitaríamos todo o período chuvoso, que vai ter água para gerar... hoje não tem água, por causa do período seco, não adiantaria colocar mais máquinas", explicou.

Quando estiver concluída, o que é previsto para 2020, Belo Monte somará cerca de 11 mil megawatts em capacidade instalada e será uma das maiores hidrelétricas do mundo.

O empreendimento está orçado em quase R\$ 36 bilhões e tem como principais sócios as elétricas Eletrobras, Cemig, Light e Neoenergia, além da mineradora Vale.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: NICOLA PAMPLONA DE DO RIO

Título: Grupo afirma que cancelamento de contratos foi retaliação da Petrobras

Em disputa com a Petrobras após rompimento de contratos de aluguel de sondas e plataformas, a Schahin (agora chamada Grupo Base) acusa o ex-

presidente da estatal Aldemir Bendine de retaliação e ameaça processar o executivo, hoje preso em Curitiba.

Em carta enviada ao conselho de administração da companhia no fim de agosto, a Base/Schahin liga uma disputa comercial com empresa ligada ao operador financeiro Lúcio Funaro ao cancelamento de cinco dos seus contratos pela Petrobras em 2015.

No texto, a empresa cita 59 ligações telefônicas entre Bendine e Funaro reveladas pela Lava Jato em agosto, como um indício de que as relações entre os dois podem ter influído na decisão. As conversas ocorreram entre fevereiro de 2015 e maio de 2016.

"A partir de abril de 2015, viu-se o Grupo Base, estranhamente, objeto de sucessivas, severas e injustificadas medidas punitivas adotadas pela Petrobras", diz a carta.

O cancelamento dos contratos ocorreu em maio de 2015, sob justificativa de que a fornecedora paralisou as atividades em três sondas de perfuração e duas plataformas de produção de petróleo.

"A totalidade das rescisões unilaterais foram assinadas pelo sr. Bendine, a despeito de ter recentemente sido apontado como diretor-presidente da Petrobras à época dos fatos", afirma a empresa.

Em novembro de 2016, já com Pedro Parente na presidência, a Petrobras rescindiu o último contrato com a empresa, da sonda Vitória 10.000, alegando inadimplência no pagamento de parcelas do financiamento.

A contratação da unidade é apontada pelo Ministério Público como uma das fontes de propina para o ex-deputado Eduardo Cunha, também preso em Curitiba. Na carta, a Base/Schahin diz que vai processar Cunha e Funaro. "O Grupo Base está tomando todas as medidas necessárias previstas em nosso ordenamento jurídico, inclusive a responsabilização pessoal dos envolvidos", diz o texto.

A briga entre a Schahin e Funaro teve início em 2008, com o rompimento da barragem da hidrelétrica de Apertadinho, em Rondônia, e foi parar na Justiça. A construtora do grupo foi contratada por uma empresa ligada ao doleiro para fazer a usina e acabou penalizada pelo acidente.

Em recuperação judicial, a companhia alega que não tem condições de sobreviver sem a receita do aluguel das sondas. Além disso, acusa a estatal de tratamento diferenciado em relação a outras empresas alvo da Lava Jato.

OUTRO LADO

Procurada, a Petrobras e a Base/Schahin não comentaram o assunto. Quando interrompeu os contratos em 2015, a estatal disse que a própria Schahin comunicou que seus problemas de caixa representavam risco para as sondas. A Base/Schahin alega, porém, que os contratos lhe garantiam até 60 dias de paralisação por ano, mas as paradas somaram, no máximo, 28 dias. A defesa de Bendine disse não ter conhecimento do teor da carta e, por isso, não poderia comentar o assunto.

A defesa de Cunha diz que o deputado "nega veementemente essa acusação fluida e desamparada de provas".

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: NICOLA PAMPLONA DO RIO

Título: Petrobras sobe preço da gasolina pela 4ª vez seguida; alta total já é de 11%

A Petrobras anunciou nesta segunda (4) o quarto aumento consecutivo no preço da gasolina, sob o argumento de que os preços internacionais subiram com os impactos do furacão Harvey nos Estados Unidos.

Desta vez, a alta será de 3,3% a partir da zero hora de terça (5). Considerando os reajustes anteriores, a gasolina vendida pelas refinarias da Petrobras ficará 11% mais cara do que no fim de agosto —quando começou esse ciclo de aumentos.. O preço do diesel subirá 0,1%, informou a estatal. É o sexto aumento seguido, com alta acumulada de 8,9%.

Pela primeira vez desde que a política de preços foi revista, em junho, o reajuste teve que ser decidido pelos executivos que forma o Gemp (Grupo Executivo de Mercado e Preços) —o presidente da empresa, Pedro Parente, e os diretores Financeiro e de Refino e Gás, Ivan Monteiro e Jorge Celestino.

A política dá autonomia à área técnica para decidir por reajustes, desde que a variação acumulada em um mês não passe de 7% —para cima ou para baixo. "Na última semana, em face dos impactos do furacão Harvey na operação das refinarias, oleodutos e terminais de petróleo e derivados no Golfo do México, os mercados de derivados sofreram variações intensas de preços", disse a Petrobras, em comunicado.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção:** Economia**Autor:** Hamilton Ferrari**Título:** Crescem os sinais de cartel

São cada vez mais fortes os indícios de que o cartel dos postos de gasolina está de volta à capital federal. Segundo levantamento feito pelo Correio em 28 estabelecimentos, o valor do combustível está idêntico em 17 deles. Em outros quatro, a diferença é de menos de R\$ 0,02 por litro. Isso significa que 75% dos postos pesquisados estão com preço igual ou muito semelhante. Além disso, consumidores reclamam que a mudança de preços está sendo feita de forma coordenada.

Motoristas notaram várias placas com o valor de R\$ 3,849 para o litro da gasolina espalhadas pelo Plano Piloto (confira o quadro ao lado). No Eixo L Sul, por exemplo, seis postos cobram o mesmo preço. Rafael Klier, advogado de direito civil e do consumidor do escritório Beckt Advogados, disse que há fortes indícios de que os estabelecimentos aproveitaram o aumento do PIS-Cofins, em julho, para restabelecer o cartel que agiu no DF durante anos. “A atividade irregular não está ligada apenas aos preços iguais, mas também aos valores similares e ao aumento uniforme. Os postos mudam os preços, mas todos juntos e da mesma forma”, explicou Klier.

Gerentes disseram que as alterações do preço cobrado nas bombas resultam do repasses dos valores cobrados pelas distribuidoras. Segundo dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a gasolina de Brasília era a segunda mais barata do país antes do aumento do PIS-Cofins. Hoje, a capital está no 19º lugar do ranking. “Isso mostra que uma elite diretiva aproveitou a alta do tributo e coordenou o aumento uniforme dos valores”, declarou Klier.

Cadeia

O encarecimento generalizado da gasolina mudou a rotina do bancário Francisco Donato, de 33 anos. Antes, ele trabalhava todos os dias de carro, mas agora tira dois dias da semana para pegar o transporte público. “O preço aumentou tanto que, mesmo assim, estou gastando os mesmos R\$ 400 por mês que pagava antes”, afirmou.

E os aumentos não param. A Petrobras anunciou que vai reajustar hoje, novamente, os preços dos combustíveis nas refinarias. A alta será de 3,3% para a gasolina, que vai acumular mais de 10% de elevação em setembro. O diesel subirá 0,1%. Os percentuais de aumento podem ser diferentes nos postos.

As irmãs Adrielle Rodrigues, 26 anos, e Aline Rodrigues, 29, dividem o carro. Elas enchem o tanque, pelo menos, duas vezes por mês e estão gastando R\$ 50 a mais com o aumento dos preços. “Se subir ainda mais, não vamos mais sair com o veículo, mesmo precisando”, disse Adrielle.

Edson de Castro, presidente do Sindivarejista, disse que os aumentos seguidos dos combustíveis impactam as cadeias de produção que dependem de frete rodoviário. Além disso, as tarifas cobradas para o transporte público devem aumentar. “Quem paga é o consumidor. Ele é o grande prejudicado. Isso vai afetar todo o comércio do final do ano”, afirmou.

Compare os valores

Postos Preço (em R\$)

Alê SHS Próximo à Torre de TV 3,99

Petrobras Eixo W 103 Sul 3,95

Petrobras Eixo W 105 Sul 3,89

Petrobras Eixo W 109 Sul 3,849

Petrobras Eixo W 113 Sul 3,849

Shell Eixo W 115 Sul 3,83

Petrobras Eixo L 214 Sul 3,849

Petrobras Eixo L 212 Sul 3,849

Jarjour Eixo L 210 Sul 3,849

PB Eixo L 206 Sul 3,849

Ipiranga Eixo L 204 Sul 3,849

Petrobras Eixo L 202 Sul 3,849

Petrobras Eixo L 203 Norte 3,849

Ipiranga Eixo L 204 Norte 3,99

Jarjour Eixo L 206 Norte 3,849

Petrobras Eixo L 208 Norte 3,849

Ipiranga Eixo L 210 Norte 3,849

Shell Eixo L 212 Norte 3,849

Petrobras Eixo L 214 Norte 3,85

Ipiranga Eixo W 115 Norte 3,849

Petrobras Eixo W 113 Norte 3,849

Ipiranga Eixo W 112 Norte 3,849

Shell Eixo W 109 Norte 3,849

Petrobras Eixo W 107 Norte 3,85

Petrobras Eixo W 105 Norte 3,89

Petrobras Eixo W 103 Norte 3,96

Petrobras SIG Quadra 3 3,84

Shell SIG Quadra 3 3,86

*A maioria dos preços valem apenas para dinheiro e cartão de débito

Pesquisa da ANP em xeque

O corte de gastos do governo federal está prejudicando o acompanhamento dos preços dos combustíveis. A Agência Nacional de Petróleo, Biocombustíveis e Gás Natural (ANP) está trabalhando com dados defasados devido à redução da verba para a pesquisa semanal dos valores cobrados do consumidor. O número de postos de revenda incluídos no levantamento foi reduzido em todas as capitais. Além disso, desde 30 de julho, 42 municípios foram excluídos da sondagem.

No Distrito Federal, a ANP costumava pesquisar os preços em 170 estabelecimentos, mas o número foi reduzido para 34, uma redução de 80%. O último levantamento, feito na sexta-feira passada e divulgado ontem, registrou que o litro da gasolina era ofertado a R\$ 3,28 num posto da Candangolândia, muito abaixo do que está sendo cobrado pelo mercado. O Correio procurou o estabelecimento, localizado no Setor de Postos e Motéis Sul. Os frentistas afirmaram que o preço cobrado era de R\$ 3,89 e que não se lembravam da última vez em que o valor estava em R\$ 3,28.

Questionada, a ANP não esclareceu a discrepância, mas confirmou o corte de recursos para a realização da pesquisa. Segundo a agência, o principal objetivo do levantamento é ajudar o consumidor a buscar as melhores opções de compra. (HF)

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Plano de desenvolvimento prevê mais 15 hidrelétricas

A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) trabalha com a possibilidade de construção de 15 novas hidrelétricas no país, além das já contratadas, até 2026. De acordo com o Plano Decenal de Energia (PDE) 2026, cuja consulta pública terminou na semana passada, os empreendimentos totalizam uma capacidade instalada de 3.066 megawatts (MW).

Os dois principais projetos da lista são os das usinas de Itapiranga, no rio Uruguai, na fronteira entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina, de 725 MW, e Bem Querer, em Roraima, de 708 MW. Ambos projetos estão previstos para entrar em operação apenas em 2026.

O presidente da EPE, Luiz Augusto Barroso, explicou ontem que os projetos hidrelétricos incluídos no plano são aqueles cujo estágio de estudo está mais

avançado. Considerando as questões ambientais e o custo de investimento, a EPE traçou a data mínima para o início de operação de cada hidrelétrica.

Considerando o prazo de entrada em operação para os projetos participantes do leilão de energia nova A-6, marcado para o fim deste ano, de 2023, existe a possibilidade de essas usinas serem ofertadas no certame, caso estejam com a licença prévia emitida pelos respectivos órgãos ambientais.

O PDE não incluiu o projeto de São Luiz do Tapajós no horizonte até 2026. A configuração atual do projeto teve o processo de licenciamento ambiental arquivado pelo Ibama. "Ressalta-se, entretanto, que o processo que envolve essa usina continua sendo acompanhado pela EPE e, solucionadas todas as questões ambientais, poderá compor a cesta de oferta candidata à expansão em planos futuros".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner | De Brasília

Título: Ibama pede mais R\$ 104 milhões e já negocia conversão de multas

Em meio às discussões de revisão das metas fiscais, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) pediu uma ampliação de R\$ 104 milhões no orçamento de 2018. Também quer sinal verde para um concurso público que permita o ingresso de mais 1.630 servidores - sendo 750 analistas ambientais - no quadro de pessoal da autarquia a partir de abril.

A presidente do Ibama, Suely Araújo, enviou ofício ao Ministério do Planejamento advertindo sobre a necessidade de recursos adicionais para áreas como combate ao desmatamento, prevenção de incêndios e licenciamento ambiental. Neste ano, o orçamento aprovado é de R\$ 243 milhões, mas houve um bloqueio de 22%.

Atividades como o aumento da fiscalização para outros biomas, além da Amazônia, e a manutenção dos 24 centros de triagem de animais silvestres podem ser diretamente afetadas, se não houver revisão do orçamento.

Em defesa de uma ampliação do contingente, Suely afirma que o número de servidores diminuiu de 5,6 mil para 3,7 mil desde 2010. Outros 879 analistas e técnicos terão condições de se aposentar nos próximos cinco anos.

O Ibama já abriu tratativas com grandes empresas, como **Petrobras e Norte Energia**, interessadas em aderir ao novo mecanismo que possibilitará a conversão de multas ambientais em ações efetivas de compensação.

Um decreto com esse sistema está praticamente fechado e só depende de assinatura do presidente Michel Temer. O Palácio do Planalto trabalha com a perspectiva de fazer uma cerimônia na volta de Temer e parte do gabinete ministerial da viagem à China. A norma abrirá caminho para que empresas autuadas troquem suas multas por participações nos programas de recuperação ambiental determinados pelo governo. Como benefício, elas poderão receber desconto de 35% a 60% nos valores devidos.

Na avaliação de Suely, todos os envolvidos saem ganhando: as empresas eliminam passivos, o Ibama consegue garantir recursos ao ambiente e projetos importantes podem ser estruturados com um orçamento maior.

O estoque de penalidades por crimes ambientais é bilionário, mas quase tudo vai parar na Justiça: historicamente, apenas 5% dos valores aplicados em multas são recebidos. Do que é pago, 80% seguem direto para o Tesouro Nacional. Só os 20% restantes ficam em um fundo setorial gerido pelo Ministério do Meio Ambiente.

A conversão valerá exclusivamente para infrações que estão no âmbito administrativo e ainda não foram judicializadas. Hoje estima-se em R\$ 4,6 bilhões o valor habilitado para a troca, mas Suely lembra que todos os anos são aplicados mais cerca de R\$ 3,5 bilhões em novas multas.

Funcionará da seguinte forma: as empresas interessadas poderão comprar "cotas" de um projeto, sem limite máximo, e obter desconto de 60% sobre o valor equivalente de suas multas. Os recursos serão depositados em uma conta-garantia de banco público - Banco do Brasil ou Caixa -, que se encarregará dos repasses. A execução ficará sob responsabilidade de organizações da sociedade civil selecionadas pelo Ibama.

"A gente quer rapidez na execução. Para vingar, esse mecanismo precisa dar resultado logo", afirma Suely. O decreto veda a participação de companhias em algumas situações específicas. Por exemplo: quem foi multado em eventos com perda de vidas humanas - caso da Samarco, na tragédia da barragem de Mariana (MG) - se encaixa nesse critério.

O primeiro projeto de compensação ambiental já foi escolhido. Trata-se de ações de recuperação florestal nas áreas de preservação permanente da bacia do rio São Francisco, especialmente ao lado dos mananciais e no entorno de nascentes. A escolha foi feita com base na grave crise hídrica vivida pela bacia,

que levou o reservatório de Sobradinho (BA) a menos de 8% da capacidade máxima e deve entrar no volume morto antes do reinício da temporada de chuvas.

O projeto deverá durar de três a cinco anos. A Agência Nacional de Águas (ANA) e a Codevasf têm ajudado na definição das áreas onde vai ser dada prioridade na recomposição das matas. O pente-fino está sendo feito de modo a identificar regiões em que a infiltração da água no subsolo é maior, possibilitando a recarga do aquífero.

A Petrobras confirmou sua disposição em aderir ao sistema de conversão de multas. "Reconhecemos o alto valor dessa iniciativa e temos muito interesse em aderir de forma articulada com o Ibama", diz a diretora de exploração e produção da estatal do petróleo, Solange Guedes. "É uma proposta inovadora, que muda o paradigma. E é uma forma muito interessante de fazer com que os recursos das multas possam se transformar em ações ambientais relevantes para o país", afirma Solange. Procurada, a **Norte Energia** - concessionária responsável pela **usina hidrelétrica de Belo Monte (PA)** - preferiu não comentar.

Para a presidente do Ibama, não há problema nenhum em que as empresas usem sua adesão como propaganda. "Acho isso ótimo", enfatiza. A Sanepar, companhia de saneamento do Paraná, negocia ações de compensação direta com a autarquia ambiental. Para esse tipo de conversão, o decreto estabelecerá desconto de 35% nas multas. Suely pondera que a preferência é por ações indiretas. "Assim podemos pensar em projetos estruturantes."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor:

Título: Curta

Gasolina mais cara

A Petrobras anunciou ontem novo aumento de combustíveis. A partir de hoje, a gasolina fica 3,3% mais cara nas refinarias. O diesel sobe 0,1%. Esse é o segundo reajuste feito pela estatal neste início de mês. No sábado, o diesel já havia aumentado 4,4%, e a gasolina, 2,7%. A Petrobras adota novo formato na política de ajuste de preços desde 3 de julho. Desde então, a gasolina acumula alta de 16,78%, e o diesel, de 17,43%.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Renato Rostás | De São Paulo****Título: Safra de reajustes nos preços anima siderurgia**

Uma safra de reajustes quase periódicos para acompanhar o preço internacional, aliada à melhora na perspectiva de demanda por aço no país e balanços mais fortes criaram um cenário bastante benéfico para as siderúrgicas nacionais. Os investidores já estão incluindo em suas contas esse cenário positivo - e isso tem levado a uma disparada das ações nos últimos meses.

O setor vivencia alta na bolsa em bloco, mas o destaque é, de longe, a Usiminas. Os papéis preferenciais classe A da empresa acumulam a maior alta do Ibovespa - principal índice da B3 - em um mês, neste ano e em 12 meses. Nos últimos 60 dias, os ganhos foram de 75,6%, a R\$ 8,20 - esse valor não era visto desde setembro de 2014.

A siderúrgica mineira é bem vista tanto pelos fundamentos do setor como por processos internos. Na semana passada, encerrou um processo de reestruturação financeira de quase um ano, ao obter a dispensa para uma oferta de troca de bônus. Nesse meio tempo, recebeu R\$ 1,7 bilhão - de aumento de capital e caixa da Mineração Usiminas (Musa) - e alongou suas dívidas por 10 anos, sendo três anos de carência para pagar só os juros.

Na mesma onda, as ações da sua maior concorrente, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), avançam 31,2% em dois meses, para R\$ 9,46. A valorização também é relevante, mas esse patamar de preço já havia sido alcançado antes, em março. Já os papéis preferenciais da Gerdau sobem 24,8%, para R\$ 12,91, também a maior alta desde março.

A perspectiva para o setor não era tão otimista desde 2013. Foi quando o consumo de aço bateu recorde histórico no Brasil. Os aumentos de preço chegam, dependendo do produto, a 25% no ano e, para vigorar no início de 2018, as empresas já iniciaram a negociação - a mais dura do setor - dos contratos anuais de vendas diretas às montadoras. De saída, pedem reajuste mínimo de 20%.

Decidir aplicar reajuste ou não passa pela análise das usinas do preço internacional e da demanda interna, além da disponibilidade de os clientes recorrerem à importação. Os dois primeiros fatores favorecem o ambiente de formação de preço no Brasil, enquanto o terceiro, que já foi mais difícil na primeira metade do ano, parece ter se normalizado.

As fabricantes de aços planos praticaram de duas a três rodadas de aumentos desde julho. Em aços longos, no máximo duas. Isso foi possível, em grande parte, devido à valorização dos produtos lá fora. Especialmente na China, os preços da bobina a quente e do vergalhão - referências para o restante do mix de produtos - vêm subindo há meses, mais de 30% nos mercados futuros.

Em aço plano, especificamente, o J.P. Morgan calcula que após os últimos reajustes no Brasil, o prêmio do produto nacional frente ao estrangeiro encontre-se em, no máximo, 10%. Esse ainda é um nível considerado saudável para não estimular a entrada de importados. Nas contas de Carlos Loureiro, do Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda), o prêmio gira em torno dos 5%.

Isso ajudou na disparada das ações das empresas desde que começaram os anúncios de aumento. A última vez que a valorização em bolsa tinha sido tão forte para um período de dois meses foi no ano passado, quando as siderúrgicas escaparam do pior valor de mercado da década. Antes disso, Usiminas só subiu mais de 75% em 2012 e a CSN só teve alta maior que 30% em 2015. Já na Gerdau não se via índice acima de 24% desde 2013.

Outro ponto positivo é a demanda interna. As vendas começaram a se recuperar e apresentam aumento em comparação anual nos últimos meses. Dados do Instituto Aço Brasil mostram que o consumo aparente de aço no país subiu 9,1% em julho sobre o mesmo mês de 2016, para 1,64 milhão de toneladas.

Em relatório, o BTG Pactual lembra que daqui para frente as fabricantes de aço podem também ganhar com alavancagem operacional. Ociosidade das usinas atingiu 40% no pior momento da crise - atualmente, ainda se encontra na média de 35% - e o crescimento de vendas pode ser rápido se essa capacidade ociosa começar a voltar à atividade.

Por enquanto, o índice é um peso nos resultados, mas a volta dos altos-fornos requer investimentos baixos para capturar a recuperação do mercado.

O relatório do BTG ajuda no otimismo dos investidores, já que elegeu o setor siderúrgico - nos últimos anos visto como de alto risco e sem horizonte de melhora substancial - o preferido para se aplicar em ações em relação ao de mineração.

No lado dos reajustes, pode ser que o gás tenha acabado. A própria China Iron & Steel Association (Cisa) comentou que não vê muito espaço para aumentos no país.

Mas para o banco de investimento Macquarie, a tendência parece outra. No quarto trimestre, a instituição projeta US\$ 576 por tonelada para a bobina a quente, ante aproximadamente US\$ 600 no momento - quase estabilidade.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Aggreko conclui reestruturação e prevê crescimento no Brasil

A Aggreko, multinacional de origem holandesa e com sede na Escócia, especializada em locação de grupos geradores de energia, vê potencial de crescimento do volume de negócios nos próximos anos no Brasil, onde concluiu em junho uma reestruturação das operações. Contratada para fornecer energia para o "Rock in Rio", principal festival de música do país, que ocorrerá em setembro, no Rio de Janeiro, a companhia demonstra otimismo com a perspectiva de melhora da economia brasileira.

"Você começa a ver uma luz no fim do túnel. A economia mostra que está crescendo. O dólar começou a cair de novo para um patamar saudável outra vez. As empresas estão voltando a crescer", diz Marco Contin, principal executivo da Aggreko no país, que assumiu o cargo este ano.

A empresa não fornece números específicos por país, mas Contin explicou que o Brasil é um dos principais países para o grupo na América Latina, região cujo faturamento em 2016 cresceu 12% ante o ano anterior, para 300 milhões de libras (o equivalente a cerca de R\$ 1,2 bilhão). O faturamento global da companhia foi de 1,5 bilhão de libras (cerca de R\$ 6,1 bilhões).

Com relação ao Brasil, o grupo concluiu em junho uma reestruturação, na qual transferiu sua base do Rio de Janeiro para Jaguariúna (SP). O motivo, explicou o executivo, foi logístico. Além de estar a apenas 130 quilômetros da capital paulista, onde a empresa possui os potenciais clientes, Jaguariúna situa-se na região de Campinas, onde está localizado o maior aeroporto de cargas do país.

Além disso, Jaguariúna abriga o maior galpão da Aggreko no país, seguido pela unidade de Manaus, "hub" da empresa nas regiões Norte e Nordeste.

No Rio, a empresa manteve um escritório de vendas e operações, que foi transferido de Curicica, na Zona Oeste, para a região do aeroporto internacional do Galeão, favorecendo o tráfego de negócios e a logística da companhia.

No Brasil, o foco da Aggreko é a locação de grupos geradores para clientes industriais e o fornecimento de energia em regiões isoladas, como o interior do

Amazonas. "Atuamos em locais onde não há energia. Logo, não podemos falhar nesse serviço", ressalta Contin.

Com relação ao "Rock in Rio", o contrato prevê que a Aggreko forneça energia para os três palcos e outras áreas da "Cidade do Rock". A empresa também será responsável pela climatização da área VIP do complexo festivo. O valor do contrato não foi revelado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Adriana Cotias | De São Paulo

Título: Credit Suisse capta fundo de R\$ 1 bi com Delta Energia

A Credit Suisse Hedging-Griffo concluiu, em parceria com a Delta Energia, a captação de um fundo multimercado de R\$ 1 bilhão. Os recursos vão ser usados para que uma nova comercializadora debaixo da Delta, a Beta Energia, possa aproveitar oportunidades nas transações de compra e venda no mercado livre ou fazer pré-pagamento de contratos. O dinheiro foi levantando com investidores do private banking do grupo suíço e famílias do círculo de relacionamento da empresa. Fechado para aportes ou resgates por um intervalo de cinco anos, a expectativa de retorno para o investidor é de 20% a 25% ao ano.

Embora de maneira distinta, o movimento marca a presença de mais um participante do setor financeiro no segmento de energia. Um dos lances mais recentes foi o do grupo Brasil Plural que em meados de agosto fechou a compra da comercializadora Celer, do Rio. Em 2010, o BTG Pactual já havia feito a sua estreia no segmento ao adquirir a Coomex, e em 2015 foi a vez da XP Investimentos lançar contratos financeiros de energia elétrica, registrados na Cetip.

A captação do CSHG Delta Energia FIM Crédito Privado Longo Prazo, feita em 42 dias, coincide com um momento em que o novo modelo do setor elétrico do **Ministério de Minas e Energia**, em fase de consulta pública, prevê a ampliação gradual do mercado livre até 2028, quando todos os consumidores com demanda superior a 75 kW teriam liberdade para comprar de comercializadores ou distribuidoras sua energia. Atualmente, só os grandes consumidores, com demanda mínima de 500 kW, é que têm essa porta de negociação aberta.

Após ter reunido os recursos dos investidores, na estrutura desenhada pela parceria Delta-CSHG para transformar a energia do mercado físico num ativo financeiro, a gestão passa agora a canalizar o dinheiro para um fundo de participações (FIP) que acomoda a Beta Energia - que é o veículo que pode, de

fato, fazer as transações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) - e também para um fundo de investimentos em direitos creditórios (FIDC) que centraliza os contratos de recebíveis.

"O fundo vai, ativamente, buscar contratos e negociá-los; estará tomando posição em energia", resume Diego Fonseca, diretor de operações do private banking da CSHG.

Com o dinheiro levantado a trading dispõe, imediatamente, de um volume relevante de recursos para aproveitar oportunidades no mercado livre. "O fundo passa a ter um capital para poder antecipar pagamentos de energia, já que tem uma série de geradoras com vários compromissos financeiros para construção de usinas, pagamentos de outros empréstimos ou empresas envolvidas na construção de linhas de transmissão", cita Ricardo Lisboa, sócio da Delta Energia.

Grosso modo, a gestão vai tentar identificar bons momentos para comprar energia barata e ganhar com o spread numa venda futura. No pré-pagamento, negocia energia de um a três anos, faz a compra à vista em vez de pagar mensalmente como é o padrão do setor, e pode carregar o contrato até o vencimento.

A captação ocorreu sob as regras da instrução nº 476 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para um grupo restrito de até 50 aplicadores. Os executivos da CSHG e da Delta não abriram quantos cotistas, de fato, aderiram ao fundo, que contou com um aporte da própria trading.

As primeiras conversas entre o banco suíço e a Delta começaram há cerca de quatro anos, mas foi no último ano e meio que a ideia amadureceu. Com o ciclo de queda de juros, os investidores também passaram a buscar classes alternativas para o seu capital, aponta Fonseca. A Selic estava em 14,25% ao ano em outubro e agora o mercado já cogita uma taxa de 7% ao ano em dezembro, conforme as projeções do boletim Focus, do Banco Central (BC).

Para obter um retorno potencial da ordem de 20% a 25% ao ano, os investidores abriram mão de liquidez por um prazo relativamente longo e há riscos relativos às transações do mercado de energia, de entrega e recebimento, além dos setoriais. "Dentro do possível, procuramos identificar e mitigar os riscos e para isso contamos com uma experiência de mais de dez anos", afirma Lisboa.

Durante um período de quatro anos, o fundo vai reinvestir o capital e será no quinto ano que passará a devolver o retorno para os cotistas, explica Fonseca. A

taxa de administração será de 2% ao ano, com custo de performance de 20% sobre o CDI, cobrado apenas no resgate.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Legislação

Autor: Beatriz Olivon | De Brasília

Título: Justiça Federal adia aumento de combustíveis

Enquanto o Supremo Tribunal Federal (STF) não analisa a constitucionalidade do Decreto nº 9.101, que estabelece o reajuste de PIS e Cofins sobre os combustíveis, empresas têm recorrido à Justiça para obter liminares contra a cobrança. Na sexta-feira, uma distribuidora de combustíveis conseguiu decisão favorável para que o aumento passe a vigorar apenas a partir de 19 de outubro.

A decisão é do juiz da 21ª Vara Federal do Distrito Federal, Marcelo Velasco Nascimento Albernaz. Cabe recurso. Ele acatou a alegação do contribuinte de que o decreto desrespeita o prazo mínimo de 90 dias (nonagesimal) para entrada em vigor de norma que institui ou eleva tributo, previsto na Constituição Federal.

A companhia recolhe o PIS e a Cofins por meio de regime especial (Recob), conforme o Decreto nº 7.997/2013 - que foi alterado pela nova norma. O texto mudou o coeficiente de redução das alíquotas de 1,00 para 0,4 para os distribuidores. Na ação (nº 1010193-81.2017.4.01.3400), a empresa alega que a mudança vai impactar "fortemente" o faturamento.

"O perigo de dano está comprovado na cobrança imediata da majoração do coeficiente de redução das alíquotas da contribuição para o PIS e para a Cofins perpetrada pelo Decreto nº 9.101, de 2017", afirma o juiz na decisão.

Outras liminares para barrar o aumento de combustíveis já foram concedidas. Posteriormente, porém, foram cassadas. Uma delas foi suspensa três dias após decisão da juíza Adverci de Abreu, da 20ª Vara Federal do Distrito Federal. Em 21 de agosto, o Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região manteve o aumento após recurso da Advocacia-Geral da União (AGU).

O advogado da distribuidora de combustíveis, Rafael Peroto, sócio do escritório Oliveira e Olivi Advogados Associados, afirma que o caso da sua cliente é diferente. O pedido, acrescenta, não foi feito por meio de associação de setor e discute-se o prazo nonagesimal. "O decreto impôs uma completa alteração na política anteriormente vigente, devendo respeitar o preceito constitucional", diz.

A palavra final, porém, será do Supremo, que analisará ação direta de inconstitucionalidade (Adin) proposta pelo PT. Após manifestações da Advocacia-Geral da União (AGU), a relatora, ministra Rosa Weber, aguarda parecer da Procuradoria-Geral da República (PGR). A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) também questiona o decreto, por meio de ação civil pública proposta na primeira instância. Procurada pelo **Valor**, a AGU não deu retorno até o fechamento da edição.

MME / ASCOM .